

O INGLÊS DA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA NÃO É O *GLOBISH*

Eixo 01 - Educação e Comunicação

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar uma reflexão acerca do papel da língua inglesa como língua hegemônica da comunicação científica e sobre sua condição como língua mais ensinada na escola básica. Ele traça um breve percurso sobre os fatores que contribuíram para o inglês ter alcançado esse status. Ressalta que, enquanto língua da ciência, o inglês requer uma proficiência específica. No entanto, o ensino desse idioma tem apresentado problemas, requerendo políticas de formação de professores que venham a contemplar, inclusive, o uso das novas tecnologias da informação e comunicação.

PALAVRAS-CHAVE: Língua inglesa; ciência; ensino; educação.

ABSTRACT

The purpose of this article is to present a reflection about the role of English as the hegemonic language of scientific communication and on its status as the most taught language in primary school. It presents a brief overview of the factors that contributed to the English language has achieved this status. It emphasizes that, as a language of science, English requires a specific proficiency. However, its teaching has been facing problems, requiring teacher development policies that should also encompass the use of new technologies of information and communication.

KEYWORDS: English language, science, education.

1 Introdução

O fruto do trabalho empresta certa permanência à futilidade e à efemeridade da vida e do tempo humano (ARENDDT, 2000, p. 16). Uma das formas mais ricas e engenhosas em que o homem tem empregado seu tempo efêmero é a ciência, a qual, semelhante às outras consecuições de natureza humana, é construída e publicizada através da linguagem, quer essa linguagem diga respeito aos conceitos científicos, ou aos códigos e processos internos de constituição e funcionamento de seus instrumentos.

É através da linguagem que a ciência cumpre seus objetivos e se dá a conhecer tanto à comunidade científica quanto aos demais seres humanos. Muitas vezes, essa linguagem, devido à grande complexidade ou especificidade da área, foge à nossa inteligibilidade, conforme atesta Arendt (2000). Prigogine e Stengers (1991) chamam a atenção para a necessidade de um diálogo entre a ciência e o homem, no sentido de se negociar o saber científico com os outros saberes, sem desprezar os conhecimentos já adquiridos.

A relação entre linguagem e ciência torna-se bastante complexa quando voltamos nossa atenção para a língua hegemônica da comunicação ou divulgação do conhecimento científico: o inglês. Entendemos que os autores supracitados referem-se à linguagem em sentido macro, construída dentro de um diálogo bem mais amplo que envolve um saber referendado como verdadeiro - porque replicável- e o próprio ser humano e seu futuro no planeta Terra. No entanto, visto que a ciência sempre se apresenta revestida por uma ideologia, conforme afirma Gramsci (1999), este artigo focaliza sua atenção para a linguagem científica em sentido micro, ou melhor, para a língua de sua divulgação e suas implicações para o conhecimento e a justiça social.

2 O papel da língua inglesa no mundo contemporâneo

A língua inglesa desempenha um papel de destaque no cenário mundial. Além de ser considerada como língua da *Internet* e *lingua franca* dos organismos internacionais, é também o principal idioma através do qual se comunica ou se divulga o conhecimento científico. De acordo com Berger (2005, p. 97), “a maior quantidade de informação que circula hoje pela *Net* encontra-se em inglês”, que prevalece como “a língua mais usada para a comunicação global” e, também, como “a mais presente no mundo da tecnologia”.

David Crystal (2003, p. 59) atribui a atual posição da língua inglesa à expansão da colonização pelo Império Britânico, que alcançou seu auge no final do século XIX, e à ascensão dos Estados Unidos como potência econômica mundial no século XX. Para este autor, o inglês sempre esteve “no lugar certo e na hora certa”, pois esse idioma era

a língua da Revolução Industrial, no século XIX, e a língua das novas tecnologias da comunicação e informação do século XX.

Argumentando sobre o que faz uma língua ser global, o autor supracitado (2003, p. 120-121, tradução nossa)¹ ressalta que não é apenas uma questão de quantidade de falantes, mas de se verificar quem realmente são esses falantes em termos de poderio militar, político e econômico:

Nos séculos XVII e XVIII, o inglês era a língua da principal nação colonizadora - a Grã-Bretanha. Nos séculos XVIII e XIX, era a língua do líder da revolução industrial – também a Grã-Bretanha. No fim do século XIX e começo do século XX, era a língua da potência econômica dominante – os Estados Unidos. Como resultado, quando as novas tecnologias trouxeram novas oportunidades linguísticas, o inglês emergiu como uma língua de primeira linha nas indústrias, influenciando todos os aspectos da sociedade – imprensa, publicidade, radiodifusão, cinema, gravações de áudio, transportes e comunicações. Ao mesmo tempo, o mundo estava forjando novas redes de relações internacionais, e então surgia uma necessidade sem precedentes de uma língua franca. Nesse caso também, a primeira escolha foi evidente. Durante a primeira metade do século XX, o inglês tornou-se gradualmente a língua dominante das reuniões internacionais das comunidades acadêmicas e políticas.

O autor menciona a predominância do inglês nas comunidades acadêmicas, e realiza um apanhado histórico e geográfico, bem como uma análise sociocultural dos fatores que contribuíram para o inglês conseguir alcançar a posição a que chegou, mas ele não esconde uma nota ufanista em seu discurso - talvez por ser um linguista britânico-, perceptível em expressões que permeiam seu livro tais como: “o inglês sempre esteve no lugar certo, na hora certa” e “nunca antes um idioma conseguiu tanto em tão pouco tempo” (CRYSTAL, 2003, p.120).

¹ In the seventeenth and eighteenth centuries English was the language of the leading colonial nation – Britain. In the eighteenth and nineteenth centuries it was the language of the leader of the industrial revolution – also Britain. In the late nineteenth century and the early twentieth century it was the language of the leading economic power – the USA. As a result, when new technologies brought new linguistic opportunities, English emerged as a first-rank language in industries which affected all aspects of society – the press, advertising, broadcasting, motion pictures, sound recording, transport and communications. At the same time, the world was forging fresh networks of international alliances, and there emerged an unprecedented need for a lingua franca. Here too, there was a clear first choice. During the first half of the twentieth century English gradually became a leading language of international political, academic, and community meetings.

De qualquer maneira, é inegável a hegemonia obtida pela língua inglesa na atualidade. Rajagopalan corrobora a presença massiva do inglês no campo da ciência e afirma que “quem se recusa a adquirir um conhecimento mínimo da língua já perdeu o bonde da história”. Ele acrescenta que:

Estima-se que perto de 1,5 bilhão de pessoas no mundo – isto é ¼ da população mundial – já possui algum conhecimento da língua inglesa e/ou se encontra em situação de lidar com ela no seu dia-a-dia. Acrescente-se a isso o fato ainda mais impressionante de que algo em torno de 80 a 90% da divulgação do conhecimento científico ocorre em inglês. (RAJAGOPALAN, 2005a, p. 149)

De acordo com Silva (2012), houve duas fases muito importantes para a língua inglesa. Na primeira, conhecida com a fase do Inglês Medieval, este idioma sofreu grande influência da língua francesa, devido às invasões normandas. Nesse período, o francês passou a ser a língua oficial da Inglaterra, o que afetou fortemente o vocabulário, a grafia e sintaxe da língua original. A segunda fase, correspondente ao Inglês Moderno, foi aquela em que a Inglaterra passou a tomar seu contorno atual. Esta fase foi marcada pela produção de textos em língua local e pelo estabelecimento de um cânone para a língua. Os textos produzidos nessa língua eram disseminados pelas colônias britânicas. Os fatores que propiciaram tal produção foram a ocorrência do Renascimento, a era Elisabetana, as obras de Shakespeare e o surgimento das instituições científicas como a *Royal Society*.

Essas sociedades contribuíram, inclusive, para a ascensão do inglês como disciplina acadêmica. Paim & Schwartzman (1976, p. 3) destacam a importância dessas sociedades científicas para o desenvolvimento da ciência ao afirmarem que “a ciência experimental se desenvolveu basicamente fora das universidades tradicionais, e só no século XIX a ligação íntima entre ciência e universidade, que hoje muitos consideram natural, ocorre de forma efetiva”. Evidencia-se, dessa forma, que o nascedouro das ciências experimentais tem origem inglesa, embora a língua de referência científica ainda fosse o latim, até, pelo menos, o século XVIII, sendo que no século XIX o francês e o alemão passaram a ocupar uma posição importante.

Renato Ortiz (2008) apresenta um estudo de longa duração, abrangendo desde o ano 1665 até 1990, sobre as línguas de publicação em uma revista da *Royal Society*, denominada *Philosophical Transaction*:

Idiomas do material citado (%)						
Idiomas	Anos					
	1665	1750	1850	1900	1950	1990
Inglês	48	33	56	52	81	89
Francês	12	13	23	6	7	3
Alemão	0	0	14	41	8	5
Latim	35	47	7	0	–	–
Outros	5	7	0	1	4	3

Fonte: Ortiz, 2008.

Os dados apresentados por Ortiz revelam um crescimento na utilização do inglês nas publicações científicas dessa sociedade científica, especialmente a partir do ano de 1900. Esse idioma já apresenta uma tendência de crescimento entre os séculos XVIII e XIX, que, diga-se de passagem, foram os séculos da Revolução Industrial. Segundo Hobsbawm (2010, p. 64), esse evento não aconteceu por acaso na Inglaterra:

Ela não aconteceu na Grã-Bretanha em virtude de uma superioridade técnica ou intelectual por parte dos britânicos, mas devido às condições adequadas visivelmente presentes neste país. Politicamente o Estado também estava engatado no lucro, possuía uma frota mercante, facilidades portuárias e a melhoria de estradas e vias navegáveis eram então construídas. Possuía uma economia bastante forte e um estado suficientemente agressivo para conquistar novos mercados.

Sobre o poderio naval da Grã-Bretanha, Freeman Dyson (2002, p. 31) afirma:

O rei Henrique VIII da Inglaterra [...] compreendeu que o instrumento mais eficaz para modernizar a Inglaterra era a criação de uma Marinha Real. Não foi por acidente que a revolução industrial do século XVIII começou na Inglaterra, na ilha que a vida cotidiana e a economia haviam sido dominadas por navios a vela durante trezentos anos.

Toda essa condição política e econômica favorável foi determinante na conquista de novos territórios, nos quais eram propagadas a cultura e a língua inglesas. Silva (2012, p. 111) acrescenta que:

Após várias tentativas de se padronizar a língua inglesa, por meio de dicionários e gramáticas, a Revolução Industrial possibilitou uma reorganização no mercado de trabalho e na concepção de lazer. A invenção do telégrafo em 1837 uniu os países anglofalantes no mundo inteiro e estabeleceu o inglês como idioma principal nas comunicações.

Silva (2012) acrescenta que o inglês se consolida enquanto língua internacional depois da Segunda Guerra Mundial, devido à posição política e econômica da Inglaterra e dos Estados Unidos. Crystal (2003) concorda que a necessidade de uma língua comum, para ser utilizada em escala mundial, surgiu a partir da década de 1940, no mundo pós-guerra, com a fundação de organismos internacionais para cooperações mútuas, tais como as Nações Unidas (1945), a UNESCO e UNICEF (1946), o Banco Mundial (1945), a Organização Mundial da Saúde (1948) e outros. Ressalta ainda que com o avanço das tecnologias de comunicação e de transporte, as pessoas passaram a ter mais mobilidade, pois começaram a se deslocar de um local para outro com mais frequência. Segundo ele, nunca houve um tempo em que as pessoas viajassem tanto, para lugares tão diferentes e em tão pouco tempo e nem houve antes tanta necessidade de as nações se comunicarem da maneira como ocorre hoje.

Uma das consequências da difusão do inglês em escala mundial é a sua própria modificação linguística. Um idioma tão presente nas mais diversas partes do mundo é passível de sofrer alterações por aqueles que o utilizam. É por isso que se fala do *Globish* ou “globês”, criado pelo francês Jean-Paul Nerriere, que de acordo com Berger é constituído por “1500 palavras em inglês combinadas com gestos, expressões faciais e termos técnicos que são escolhidos pelos falantes, a depender da natureza de suas profissões”. Nerriere afirma não estar criando um idioma, mas uma ferramenta para a comunicação entre pessoas de diferentes nacionalidades em que os falantes não precisam ser fluentes no idioma em foco para se comunicar entre si (BERGER, 2005, p. 94-95).

Alguns autores cunharam de outras formas essas variações do inglês. Rajagopalan² (2005a; 2009) utiliza o termo *World English* e afirma que a língua inglesa

² Kanavilil Rajagopalan, linguista e professor na Universidade Estadual de Campinas, é natural da Índia, país cuja língua oficial é o hindi, tendo como língua oficial associada o inglês. Este último idioma foi introduzido no país pela colonização britânica.

deixou de ser propriedade desse ou daquele país, devendo ser caracterizada como língua internacional porque há muito deixou de ser monopólio de uma única nação. Para este autor, não faz mais sentido o termo “falantes nativos”, pois essa língua, ou na sua acepção, esse fenômeno linguístico “pertence a todos aqueles que dela fazem uso no seu dia a dia, por mais limitado ou restrito que ele seja (como consultar bibliografia, ouvir músicas, ler manuais de instrução, etc.)”. Nesse caso, este autor argumenta que os chamados “falantes autênticos” terão de se adaptar e até mesmo aprender novas formas de ouvir, visto que tal idioma é falado por pessoas com os mais diversos sotaques e provenientes de várias partes do mundo (RAJAGOPALAN, 2009, p. 42).

3 O inglês da ciência não é o *Globish*

Segundo Le Breton (2005, p. 23), “[...] o inglês goza de uma posição dominante nos setores da pesquisa científica, da comunicação, da imagética, da cultura de massa. Ele dispõe de um quase-monopólio no setor da inovação tecnológica”. Este autor ressalta que o que favoreceu o inglês foi “o extraordinário sucesso dos povos de língua inglesa no plano da economia e das relações de poder” (Idem, p. 18). Para este autor, o que mais impressiona é a capacidade dessa língua se impor ao mundo da pesquisa. Ele aponta que a América se serviu da língua inglesa para acolher um grande número de cientistas de outras nacionalidades, perseguidos pelos nazistas. Além disso, acrescenta que, depois da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos abriram as portas de suas universidades e laboratórios para pesquisadores e estudantes estrangeiros, atraindo com isso as melhores cabeças para o mundo da língua inglesa. Portanto, suas estratégias envolveram não apenas disseminar sua língua nos países colonizados, mas também atrair para o seu seio uma nata de intelectuais e cientistas.

Acontece que o inglês da ciência não é tão aberto à diversidade linguística. Diferente do *Globish*, que funciona para a “sobrevivência” daqueles que querem se comunicar rapidamente, utilizando inclusive a gesticulação; ou do *World English*, mais democrático, pois permite que se empreste a ele a “cor local” de outras línguas e povos, o inglês do registro científico não possibilita a adequação às modificações causadas pelos falantes das mais diversas partes do mundo. O inglês mundial é a *lingua franca* da

atualidade, quando funciona como língua de comunicação e contato, quanto ao inglês dos textos científicos, ele impõe regras bastante rígidas e sanções aos que não o dominam. A esse respeito Ortiz (2008, p. 96) afirma que:

Alguns autores sublinham que a competência linguística dos pesquisadores é desigual. O inglês é utilizado tanto para a pesquisa quanto para a comunicação oral e escrita. Quando se trata de textos os não nativos possuem uma desvantagem considerável em relação aos que não o dominam como primeira língua.

Isso é ainda mais problemático no campo das Ciências Naturais, em que as revistas de maior prestígio são as internacionais e publicadas em inglês. Ortiz (idem, p. 125) afirma que nas Ciências Sociais, de um modo geral, não ocorre tal como nas Ciências da Natureza, mas há também uma predominância de artigos em inglês nas revistas produzidas inclusive em países de língua não inglesa. Esses artigos seguem uma estrutura concisa, utilizando o que este autor denomina de sublíngua, pois ela apresenta uma sintaxe própria, enxuta, econômica, com linguagem referencial, buscando afastar qualquer marca de subjetividade por apresentar seu objeto como se ele fosse a coisa pura em si. O “falar” e o “escrever” científico é bem diferente do *Globish* ou do *World English*. Nesse sentido, Ortiz (Idem, p. 102) acrescenta que:

O discurso científico opera uma restrição das possibilidades contidas no uso da língua. Ele escolhe determinadas configurações, como nomear o locutor que enuncia a mensagem, assim como os meios morfológicos e sintáticos. Por isso a estrutura de um artigo ou de um *paper*, apesar das variações disciplinares, é padronizada. Na maioria das vezes, eles organizam-se segundo uma ordem cronológica e hierárquica: hipóteses, método e materiais utilizados, experiência, resultado e discussão. A sequência da exposição é codificada reforçando-se a impressão de objetividade que se requer obter. Esse nivelamento da organização textual ajusta-se ao ideal de uma comunidade científica que normatiza a escrita, submetendo-a a rígidas regras de controle.

Se o inglês da ciência é restritivo, isso nos põe a pensar a respeito dos pesquisadores brasileiros que não dominam sequer o *World English*, e vamos mais além: pensamos nos estudantes que saem do ensino médio com uma formação precária no idioma. Ao estabelecermos uma relação entre língua e ciência, como consolo, podemos lembrar que Einstein não era suficientemente fluente em inglês, conforme

atesta Dyson (2002, p. 77), mas Einstein era um “gênio”. O que dizer dos estudantes de hoje e sua relação com o idioma hegemônico? O que dizer desses futuros cientistas?

4 O ensino/aprendizagem de inglês no Brasil

Pode-se argumentar sobre o custo/benefício do investimento em políticas e programas para a aprendizagem de inglês no ensino básico para o bem da ciência, pois nem todos serão cientistas. No entanto, o ofício de pesquisador é construído desde cedo e o espírito de investigação é incentivado desde a mais tenra idade.

Ressalte-se que, apesar de reconhecermos que o inglês é o idioma da principal potência econômica mundial, e que historicamente tem estado a serviço de seus propósitos imperialistas, entendemos que a resistência à aprendizagem desse idioma seria contraproducente. Isso não significa que pretendemos endossar que uma língua, ou cultura, seja superior a outra, mas compreendemos a língua estrangeira como um bem cultural a que todos deveriam ter acesso; e que a globalização e a consequente difusão do inglês são fenômenos irreversíveis, requerendo dos indivíduos, dentre outras coisas, o domínio dessa língua internacional, a fim de que não percam “o bonde da história” (RAJAGOPALAN, 2005a, p. 149) e para que consigam dominar o inglês “ao invés de serem dominados por ele” (RAJAGOPALAN, 2005b, p. 37). Nesse sentido, o que acontece com o ensino/aprendizagem de inglês no Brasil hoje em dia?

As pesquisas mostram que o ensino de inglês, a língua mais ensinada aqui também, na escola regular tem sido incapaz de garantir um conhecimento pelo menos básico da língua e de seus usos no mundo contemporâneo. Em todo o país, as pesquisas detectam problemas no ensino de língua estrangeira e eles estão principalmente relacionados a condições materiais inadequadas, classes numerosas, carga horária reduzida, professores não qualificados e utilização de metodologias ultrapassadas que desanimam os alunos.

Sarah Walker (2003, p. 47) afirma que a situação do ensino de inglês na escola pública apresenta um “quadro desolador”. Batista (2003, p. 14) acrescenta: “[...] há problemas no ensino de LE, tanto em nível de ensino básico como em nível superior [...]”. Almeida Filho (2003, p. 29-31) declara que “o ensino regular de língua nas

escolas regulares produz resultados menores do que as expectativas do público e muito menores do que os especialistas cogitam”. Esse mesmo autor chega a afirmar que o ensino de línguas no Brasil apresenta um “quadro desbotado”, pois “a prática secular no Brasil privilegia o estudo da língua pela língua, muita forma gramatical que se enfeixa num colar de conhecimentos desaplicados que se vão de nossa memória sem aviso prévio”. Perin (2005, p. 151) acrescenta que esse ensino parece causar uma “sensação de não progressão e continuidade dos conteúdos” e de “se estar sempre ensinando e aprendendo a mesma coisa, o que acarreta na definição de não-seriedade da atuação do professor e na conseqüente desvalorização da disciplina”.

Além disso, cabe ressaltar que as práticas em sala de aula geralmente desconsideram algo que poderia mobilizar os alunos a se envolverem nas atividades de aprendizagem: o uso criativo das tecnologias da informação e comunicação. Na atualidade, as formas e meios de acesso à informação estão cada vez mais disponíveis, visto que a mobilidade tem permitido o acesso de um número cada vez maior de participantes a uma ampla variedade de informação.

De acordo com Santaella (2007), a atual geração é caracterizada pela conexão contínua através das tecnologias móveis, as quais operam em espaços não contíguos, em que os indivíduos não precisam ocupar espaços iguais para realizar uma conexão, pois o espaço híbrido possibilita o acesso em diversos lugares geograficamente diferentes. Essas possibilidades poderiam enriquecer as aulas de inglês e foram disponibilizadas não só após a expansão do uso da internet, mas também pelas convergências que trazem os dispositivos móveis. Conforme Dias (2010, p. 56):

A mobilidade caracteriza-se pelo uso de dispositivos móveis que, utilizando-se da convergência tecnológica, disponibiliza comunicação e informação instantânea via texto, imagem, vídeo, além de recursos de gerenciamento, como agenda e notícias, por exemplo. Tudo isso via internet e web. Dentre os dispositivos móveis mais conhecidos está o celular. A telefonia móvel permite manter o estudante conectado e em permanente contato com a instituição a que ele está vinculado, podendo acessar os serviços de suportes, receber/enviar materiais e interagir com os colegas e professores.

Não podemos esquecer que tanto o professor quanto o aluno precisariam estar imersos no ciberespaço e lançar mão desses novos e potencializados dispositivos,

ambos teriam que se apoderar como sujeitos, autores e coautores nessa cibercultura que se difunde cada vez mais. O ensino de uma maneira geral, e inclusive o de idiomas, na escola regular, no entanto, parece estar há anos-luz de toda essa inovação. Talvez porque não seja uma coisa fácil para os professores utilizarem esses recursos, uma vez que foram formados em um momento em que essas facilidades não existiam. Alguns autores afirmam que ocorre um choque de gerações, um embate entre os “nativos e os imigrantes digitais” (PRENSKY, 2001). Nesse sentido, seria preciso investir nos programas de formação de professores que atuam na educação básica, a fim de que estes pudessem se sentir mais confortáveis com as novas formas de ensinar/aprender.

No entanto, parece não haver uma preocupação nesse sentido, tampouco há uma política de avaliação da efetividade do ensino de inglês na escola regular. A avaliação da proficiência, quando ocorre, se dá no topo: através dos testes internacionais, quando da necessidade de uma comprovação para um intercâmbio científico, como no programa Ciências sem Fronteiras ou nos exames de seleção para a pós-graduação. Para o ensino médio, a avaliação fica a cargo das cinco questões de leitura e interpretação de textos do ENEM.

Procedemos a uma análise estatística dos microdados do ENEM, filtrando os dados disponibilizados pelo INEP, relativos aos anos de 2010 a 2014. Dentre os candidatos que realizaram a prova de inglês, a maioria acertou somente 2 questões das 5 existentes, sendo que, em Sergipe, esse número cai para apenas 1 acerto. Também em Sergipe, no ano de 2014, cerca de 20% dos candidatos zeraram essa prova (BRASIL, 2015). Observe-se que essa prova exige do participante apenas a habilidade de leitura e interpretação de textos. Acrescente-se a isso o fato de que, ao longo do período examinado, verifica-se uma tendência crescente da opção pelo Espanhol como língua estrangeira na prova, talvez pelo fato de esse idioma, sendo neolatino, aproximar-se mais da língua portuguesa.

Os próprios Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino de línguas estrangeiras admitem que as condições, na sala de aula da maioria das escolas brasileiras, são desfavoráveis para o bom andamento do processo de ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras, citando como impedimentos a carga

horária reduzida, classes superlotadas, pouco domínio das habilidades orais por parte dos professores, dentre outros fatores (BRASIL, 1998, p. 21).

As Orientações Curriculares para o Ensino Médio insinuam que o insucesso do ensino de língua estrangeira, na escola regular, muitas vezes se dá em função de uma “confusão” ou falta de clareza quanto aos objetivos desse ensino, ou seja, devido às expectativas criadas a esse respeito, tendendo-se a uma ênfase no ensino dos aspectos linguísticos, quando o foco deveria ser dado à função educativa desse componente curricular (BRASIL, 2006, p. 89, 90). Nessa visão, o fracasso do ensino/aprendizagem de inglês seria algo construído dentro da escola, por razões didático-pedagógicas, por aqueles incumbidos do seu ensino e, também, por todos os sujeitos que almejam uma proficiência linguística mínima no idioma.

No campo da iniciação à atividade científica, o programa Ciências sem Fronteiras traz um exemplo do resultado de um ensino de inglês precário e da falta de um investimento de base. Em 2014, muitos estudantes que tinham ido estudar em países de língua inglesa foram “convidados” pelas universidades que os acolheram a retornar ao Brasil por não conseguirem acompanhar os estudos devido à baixa proficiência em inglês. Ressalte-se que a nota mínima de proficiência tinha sido diminuída e o estudante deveria fazer um curso de inglês no país de destino, para então se submeter a uma segunda chance, ou seja, muito dinheiro desperdiçado, sem contar com o constrangimento e as frustrações desses jovens. Isso nos faz lembrar, resguardadas as devidas proporções, os exemplos de Dyson sobre o lançamento dos dirigíveis que não estavam suficientemente desenvolvidos e testados para serem colocados em pleno voo:

Políticos tomaram decisões cruciais sobre assuntos técnicos que não compreendiam. A tarefa de um político em posição de responsabilidade é tomar decisões. Decisões políticas são frequentemente tomadas com base em conhecimento inadequado, e geralmente não causam grande dano. (DYSON, 2002, p. 29)

Por falta de um investimento na base da formação, tem-se tentado remediar o problema no topo, o avião já em pleno voo, através dos cursos promovidos pelo Inglês sem Fronteiras, que só contemplam os poucos universitários que realizarem, como condição de ingresso nas poucas vagas oferecidas, o exame denominado TOEFL.

Portanto, pensar em diálogo entre a ciência e o homem começa em formar bem esse homem para ciência e essa formação começa na base de maneira ética e crítica. É almejar e agir para que a ciência “não amplie a distância entre ricos e pobres, priva[ndo] de empregos jovens sem instrução” (DYSON, 2002, p. 80). Parafraseando, privando de oportunidades aqueles que não dominam a língua internacional.

Considerações finais

Este artigo buscou estabelecer relações entre o mundo da ciência e a língua hegemônica na comunicação e divulgação do conhecimento científico. Apresentamos um breve percurso histórico sobre os fatores que contribuíram para o inglês obter o status de língua hegemônica. Expusemos também que esse idioma, enquanto língua da ciência, requer uma proficiência específica dessa área, sendo lócus de restrições, discriminações e impondo sanções àqueles que não a dominam. Nesse sentido, chamamos a atenção para as relações entre a formação em língua inglesa dos estudantes da escola básica e suas possíveis repercussões no meio acadêmico científico do qual, porventura, possam vir a fazer parte, apresentando um panorama acerca da situação de ensino/aprendizagem de inglês no Brasil.

Não endossamos qualquer tipo de discurso ufanista quanto a esse idioma, mas entendemos a aprendizagem de uma língua estrangeira como um bem cultural necessário à formação integral do indivíduo, a fim de que ele possa compreender melhor e mais criticamente o mundo e aprofundar seus conhecimentos, inclusive no mundo da pesquisa, se assim o desejar. Por isso, consideramos relevantes as investigações sobre o tema, e estamos atualmente desenvolvendo uma pesquisa de doutorado acerca do que constitui o conhecimento escolar denominado “Inglês” na escola básica e como ele se materializa nas práticas cotidianas de sala de aula. Esperamos, com isso, contribuir para os debates e pesquisas que possam surgir, visando a um ensino de inglês mais significativo para os alunos da escola regular.

Referências

ALMEIDA FILHO, José Carlos Paes de. Ontem e hoje no ensino de línguas no Brasil. In: STEVENS, Cristina Maria Teixeira; CUNHA, Maria Jandira Cavalcanti. **Caminhos e colheita: ensino e pesquisa na área de inglês no Brasil**. Brasília: EDUnB, 2003. p. 19-34.

ARENDDT, Hannah. **A Condição Humana**. 10. ed. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense, 2000. p. 15-28; 260-338.

BATISTA, Maria Luíza W. **O olhar do egresso: Uma avaliação da habilitação Português/Inglês no período de 1995 a 2000**. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Microdados do ENEM (2010-2014)**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-levantamentos-microdados>. Acesso em 04/01/2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio**. Brasília: MEC/SEB, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua estrangeira**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BERGER, Maria Amália Façanha. **O papel da língua inglesa no contexto de globalização da economia e as implicações do uso de NTICs no processo de ensino aprendizagem desse idioma**. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, SE, 2005.

CRYSTAL, David. *English as a global language*. 2. ed. New York: Cambridge University Press, 2003.

DIAS, Rosilaine Aparecida. **Tecnologias digitais e currículo: possibilidades na era da ubiquidade**. Disponível em: <<http://www.cogeime.org.br/revista/36Artigo04.pdf>> Acesso em 09/12/15.

DYSON, Freeman. **Mundos Imaginados: Conferências Jerusalém-Harvard**. Tradução Cláudio Weber Abramo. 1. Reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Introdução ao estudo da Filosofia. A filosofia de Benedito Croce. Tradução de Nelson Coutinho; vol.1 – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

HOBBSAWM, E. J. **A era das revoluções: 1789-1848**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

LE BRETON, Jean-Marie. Reflexões anglófilas sobre a geopolítica do inglês. In: LACOSTE, Y. (org.); RAJAGOPALAN, K. **A geopolítica do Inglês**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. p. 12-26.

ORTIZ, Renato. **A diversidade dos sotaques: o inglês e as ciências sociais**. São Paulo : Brasiliense, 2008.

PERIN, Jussara. O. R. Ensino/aprendizagem de língua inglesa em escolas públicas: o real e o ideal. In: GIMENEZ, T.; JORDÃO, C. M.; ANDREOTTI, V. (orgs.). **Perspectivas Educacionais e ensino de inglês na escola pública**. Pelotas: EDUCAT, 2005. p. 143-157.

PRENSKY, M.: Digital Natives Digital Immigrants. In: PRENSKY, Marc. **On the Horizon**. NCB University Press, Vol. 9 No. 5, October (2001a). Disponível em <<http://www.marcprensky.com/writing/>>. Acesso em 03/maio/2016.

PRIGOGINE, Ilya; STENGERS, Isabelle. **A Nova Aliança**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991.

RAJAGOPALAN, Kanavilil. A geopolítica da língua inglesa e seus reflexos no Brasil: Por uma política prudente e propositiva. In: LACOSTE, Y. (org.); RAJAGOPALAN, K. **A geopolítica do Inglês**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005a. p. 135-159.

RAJAGOPALAN, Kanavilil. O grande desafio: aprender a dominar a língua inglesa sem ser dominado/a por ela. GIMENEZ, T.; JORDÃO, C. M.; ANDREOTTI, V. (Orgs.). In **Perspectivas educacionais e o ensino de inglês na escola pública**. Pelotas: EDUCAT, 2005b. p. 37-48.

SANTAELLA, Lúcia. **Linguagens Líquidas na era da mobilidade**. São Paulo: Paulus, 2007.

SILVA, Gisvaldo Bezerra Araújo. **Língua inglesa: um universo imperativo na constituição de sujeitos contemporâneos**. 2012. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, 2012.

WALKER, Sarah. Uma visão geral do ensino de inglês no Brasil. In: STEVENS, Cristina Maria Teixeira; CUNHA, Maria Jandira Cavalcanti. **Caminhos e colheita: ensino e pesquisa na área de inglês no Brasil**. Brasília: EDUnB, 2003. p. 35-52.